



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
18 DE DEZEMBRO DE 2018

N.º 27/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes e Prof.
Urbano Salgueiro Vidal. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----


LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2018.....	3
2 – Requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	5
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
3 – Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião – Aprovação do Relatório Final e Minuta do Contrato.....	7
Serviços de Tesouraria	
4 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de novembro 13 de dezembro de 2018	10
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
5 – Taxa pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas – Artigo 50.º RMUE – Cálculo do valor In para cada Freguesia/Lugar.....	11
UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
Serviço da Cultural	
6 – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alvações do Corgo – Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição – Azinheira – Pedido de Participação Financeira.....	12
APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO	
7 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	13



I – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2018

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 30 de novembro de 2018: -----

----- “PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 2.2 - Deliberar sobre a proposta de Estrutura Orgânica hierarquizada e da Estrutura Nuclear, composta por dois departamentos municipais, bem como definir o número máximo de cinco unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau e de sete subunidades orgânicas (alíneas a), b), c) e d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018). – Aprovado; -----

----- Ponto 2.3 – Deliberar sobre a proposta de atribuição do abono das despesas de representação, aos titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau (n.ºs 1 e 2, artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de outubro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018). – Aprovado; -----

----- Ponto 2.4 – Deliberar sobre a proposta de Alteração do Mapa de Pessoal para 2018 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018) – Aprovado; -----

----- Ponto 2.5 - Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2019 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018) – Aprovado; -----

----- Ponto 2.6 – Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2019, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1, artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 27 de 18 de dezembro de 2018

n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018) –
Aprovado; -----

----- Ponto 2.7 – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2019
(artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018) –
Aprovado; -----

----- Ponto 2.8 – Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e
Orçamento) para 2019, (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
– Deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2018) – Aprovado; -----

----- Ponto 2.9 – Deliberar sobre formas de apoio às Freguesias – Aprovar a minuta dos contratos
interadministrativos a celebrar no âmbito do “Programa Ocupacional” (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º
do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de
outubro de 2018) – Aprovado; -----

----- Ponto 2.10 – Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal para 2019 (alínea a), n.º 2, artigo
3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º
do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 29 de
outubro de 2018) – Aprovado; -----

----- Ponto 2.11 – Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção
de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º
8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-
Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea d) da
proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e
artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 21 de junho – Deliberação da Câmara Municipal de 29
de outubro de 2018) – Aprovado; -----

----- Ponto 2.12 – Tomar conhecimento da decisão da Câmara Municipal de eliminação do contrato
do empréstimo, dos projetos constantes do Mapa III da proposta, reduzindo em proporção o valor
contratual, passando o seu montante global para 439.000,00€ (alínea f), n.º 1, artigo 25.º do Anexo
I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 06 de novembro de
2018) - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 2.13 – Deliberar sobre a proposta de retificação do valor a transferir para a Freguesia
de Medrões, no âmbito dos Transportes Escolares (alínea k), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º



75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2018) –
Aprovado.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Requerimento apresentado pelo Senhor Vereador
do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles**

----- 2 – Presente à reunião requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º
Daniel Joaquim Andrade Teles, com o seguinte: -----

----- “REQUERIMENTO -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião,
eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Regimento da Câmara Municipal,
em vigor, vem apresentar o presente requerimento, depois de tomar conhecimento por V. Ex.ª na
Reunião da Assembleia Municipal, realizada no pretérito dia 30 de novembro de 2018, que **as
Contas da Junta de Freguesia de Fontes foram penhoradas, pelo que vimos expor e
requerer a V. Ex.ª o seguinte:** -----

----- 1. Durante o mês de agosto de 2013 foi entregue, por parte da empresa de construção civil, à
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e à Junta de freguesia de Fontes – **O Pavilhão
Polivalente Desportivo da Vila de Fontes;** -----

----- 2. Passado algum tempo verificou-se que as soluções adotadas, para alguns dos seus
elementos construtivos não foram os mais adequados, com o surgimento de patologias graves,
que a montante, impediram a sua utilização; -----

----- 3. A Junta de freguesia de Fontes perante tal situação recusou-se a proceder ao pagamento
da tranche em falta, até que a situação estivesse regularizada pela empresa de construção civil.
O que motivou o recurso à justiça por parte da empresa de construção civil. Tendo resultado na
primeira instância uma decisão judicial favorável à Junta de Freguesia, já em sede de recurso junto
do Tribunal de Guimarães o resultado foi desfavorável à Junta de Freguesia de Fontes, devendo
esta pagar a dívida em falta, bem como as despesas judiciais e juros de mora; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 27 de 18 de dezembro de 2018



----- 4. Em 28 de setembro de 2018, depois de termos conhecimento desta decisão final, o Grupo da Bancada do PSD na Assembleia Municipal propôs a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Fontes, com o intuito de aliviar a pressão financeira sobre a referida autarquia, tendo respondido o Sr. Presidente da Câmara que esta situação estaria já devidamente acautelada pelo Município. -----

----- 5. Acontece, porém, que no final do mês de novembro de 2018, a Junta de Freguesia de Fontes é surpreendida com a Penhora às suas contas bancárias.-----

----- 6. Sendo apenas legalmente aceitável, que as operações de tesouraria sejam realizadas através das contas bancárias institucionais, e ficando sujeitos a penhora os valores relativos às transferências trimestrais do Fundo de Equilíbrio Financeiro, bem como as transferências do Município para esta Junta de Freguesia, estabelecidas em Protocolo Interadministrativo de transferência de competências, bem como transportes escolares e ainda no âmbito dos trabalhadores em programas ocupacionais. -----

----- Pelo exposto e para melhor esclarecimento público, colocamos a V. Ex.^a as seguintes questões: -----

----- O Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento se a Junta de Freguesia pediu a suspensão do ato? -----

----- O Município irá assegurar as funções e serviços que foram delegadas na Junta de Freguesia de Fontes? -----

----- O Município irá assumir as responsabilidades financeiras da Junta de Freguesia de Fontes? Qual será globalmente esse valor? Quando será realizado o procedimento? -----

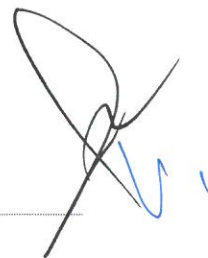
----- Pede deferimento, -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 04 de dezembro de 2018. -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

----- **Deliberação: Pendente para a próxima reunião em função da ausência do Senhor Vereador do PPS/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.** -----



**Prestação de Serviços de Seguros do Município
de Santa Marta de Penaguião – Aprovação do
Relatório Final e Minuta do Contrato**

----- 3 – Presente à reunião o Relatório Final referente à Contratação da Prestação de Serviços de Seguros do Município, com o seguinte teor: -----

----- “RELATÓRIO FINAL -----

----- Ao decimo quarto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito pelas dez horas e em cumprimento do disposto no art.º 69º do Código dos Contratos Públicos, reuniu o Júri do Procedimento designado para o presente concurso, formado pelo Técnico Superior e Chefe de Divisão António Augusto Amaral Sequeira, pelo Técnico Superior Emanuel Rodrigues Costa e pela Coordenadora Técnica Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, afim de elaborar o Relatório Final nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP. -----

----- Decorrido o período da Audiência Prévia nos termos do disposto no artigo 147.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º, verificou-se a existência de uma reclamação da companhia Seguradoras Unidas, S.A, na qual refere que a companhia de seguros Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A. deverá ser excluída pelo facto de a proposta apresentada por estes não cumprir com o estipulado no Caderno de Encargos em dois pontos, designadamente quanto à apresentação de propostas variantes. -----

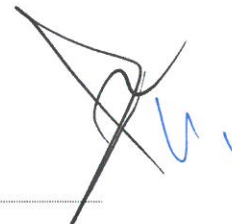
----- De uma forma genérica indica que a franquias apresentada é de 10% no mínimo de 375,00 €, quando nas peças do procedimento, onde se incluem os esclarecimentos prestados, refere que é de 10% do valor a indemnizar com o mínimo de 350,00 € e que apresenta várias exclusões no seguro de Responsabilidade Civil.. O júri verificou que na parte a que se refere ao seguro para os painéis fotovoltaicos, efetivamente a proposta apresenta uma franquias diferente da prevista no Caderno de Encargos. -----

----- Para esclarecimento destes dois pontos, o júri decidiu solicitar à companhia de seguros Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A, que se pronunciasse sobre o seu conteúdo, tendo esta informado, via plataforma eletrónica de contratação pública, que de acordo com o constante do Anexo I que acompanha a proposta, se obriga a executar o contrato nos precisos termos do Caderno de Encargos, acrescentado que o ponto 4.2 do artigo 26.º do mesmo Caderno de Encargos, estipula que os concorrentes deverão fazer constar da proposta as exclusões. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 27 de 18 de dezembro de 2018



----- Assim, tendo em conta os esclarecimentos prestados, o júri decidiu considerar improcedente a reclamação apresentada, com os seguintes fundamentos: -----

----- Verifica-se que a companhia de seguros Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A. declara no anexo I, que se obriga a executar o contrato de acordo com o mencionado no Caderno de Encargos, sublinhando que aceita sem reservas todas as suas cláusulas, pelo que relativamente aos painéis fotovoltaicos deverá ser considerada a franquia de 10% com o valor mínimo a indemnizar de 350,00 €. -----

----- Verifica-se que o Caderno de Encargos menciona no ponto 4.2 do artigo 26.º que relativamente às franquias, "*deverão ser apresentadas as condições gerais, especiais e exclusões da responsabilidade civil*". -----

----- Pelo exposto verifica-se assim que não estamos perante uma proposta variante. -----

----- Assim, o Júri deliberou não dar provimento à reclamação da companhia de seguros Seguradoras Unidas, S.A, mantendo a proposta de adjudicação à **Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A.** pelo valor de **64.052,93 €/ano**, isento de IVA, nos precisos termos constantes do Relatório Preliminar. -----

----- RELATÓRIO PRELIMINAR -----

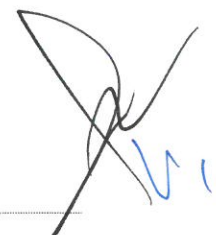
----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito pelas dez horas e trinta minutos, em cumprimento do disposto no art.º 69º do Código dos Contratos Públicos, com a redação atual, reuniu o júri do Procedimento designado para o presente concurso, constituído pelo Técnico Superior e Chefe de Divisão António Augusto Amaral Sequeira, pelo Técnico Superior Emanuel Rodrigues Costa e pela Coordenadora Técnica Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, afim de proceder à apreciação das propostas. -----

----- Tendo em conta que o preço base do concurso é de 193.500,00 € para 3 anos, isento do valor do IVA, ao que corresponde o valor de 64.500,00 €/ano, isento do valor do IVA, a presente análise debruça-se sobre as propostas das empresas que se apresentaram a concurso. -----

----- Para a apreciação das propostas foi elaborada uma análise com base na legislação em vigor, nomeadamente o estipulado no CCP, com a atual redação, conjugado com o programa de procedimento e caderno de encargos. -----

----- Numa primeira análise, verificou-se a existência de sete propostas, seguindo-se a abertura das mesmas pela ordem de entrada: Willis - Corretores de Seguros, S.A, MDS, Corretor de Seguros, S.A, Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A, Seguradoras Unidas, S.A., Lusitania

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 27 de 18 de dezembro de 2018



Companhia de Seguros, S.A, CARAVELA, Companhia Seguros, SA e Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. -----

----- Verificou-se que as companhias de seguros Lusitania Companhia de Seguros, S.A, Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A e CARAVELA, Companhia Seguros, SA, apresentaram uma declaração de ausência de proposta, dado não lhes ser possível respeitar o valor do preço base estabelecido, inviabilizando assim a apresentação de uma proposta de preço adequada. -----

----- Verificou-se, ainda, que a companhia de seguros Seguradoras Unidas, S.A. submeteu os documentos depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação. -----

----- Por sua vez as firmas Willis - Corretores de Seguros, S.A e MDS, Corretor de Seguros, S.A submeteram um documento a apresentar a firma e a sugerir os serviços de riscos e seguros para entidades públicas. -----

----- Por último, a companhia de seguros Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A apresentou uma proposta no valor de 64.052,93 €, isento do valor do IVA, comprometendo-se a executar o contrato em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos, declarando aceitar ainda, sem reservas, todas as suas cláusulas, conforme conteúdo do n.º 1 do Anexo I do CCP, com a atual redação e que acompanha a proposta. -----

----- Da análise das propostas, considerando o estipulado nas peças do procedimento, o júri propõe a admissão e exclusão das companhias de seguros/firmas, de acordo com o mapa seguinte: -----

ORDEM	FIRMAS	Pr. Total
ADMITIDAS		
1.º	AGEAS Portugal, Companhia de Seguros, SA	64 052,93 €
EXCLUIDAS		Obs.
	Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A	a)
	Lusitania Companhia de Seguros, S.A	a)
	CARAVELA, Companhia Seguros, SA	a)
	MDS, Corretor de Seguros, S.A	b)
	Willis - Corretores de Seguros, S.A	b)
	Seguradoras Unidas, S.A	c)
FUNDAMENTAÇÃO		
alínea d) do n.º 2, do artigo 146.º do CCP		
alínea a) do n.º 2, do artigo 146.º do CCP		
Obs:		
a) Apresentou declaração de ausência de proposta		
b) Submeteu documento a sugerir os serviços na vertente de riscos e seguros		
c) Apresentou proposta fora do prazo		

----- A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa,

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 27 de 18 de dezembro de 2018



1 e do n.º 3 do artigo 74.º do Decreto-Lei 18/2009, de 29 de Janeiro, com a atual redação. -----

----- Feita a ordenação das propostas o Júri propõe que a adjudicação seja atribuída à esta firma **Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A** pelo valor de **64.052,93 €/ano**, isento de IVA. ---
----- Nesse sentido, o Júri deliberou ao abrigo e nos termos do artigo 147.º do CCP proceder à Audiência Prévia dos interessados, para no prazo de cinco dias úteis se pronunciarem por escrito via plataforma eletrónica de contratação pública, o que se lhes oferecer sobre o presente relatório.”

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, adjudicar à Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A, a Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos constantes do Relatório, bem como a minuta do Contrato a celebrar.** -----

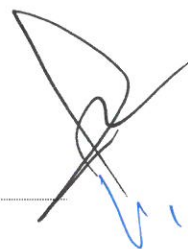
DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS~
Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 30 de
novembro a 13 de dezembro de 2018

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de novembro a 13 de dezembro de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	13/12/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais	6 083 016,81
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	5 311 123,66
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	771 893,15
Receitas Orçamentais		6 056 308,73	Operações de tesouraria	415 699,90
Correntes	5 663 440,63		Saldo para o dia seguinte:	157 806,37
Capital	392 868,10		Execução orçamental	66 243,73
Operações de tesouraria		406 386,40	Operações de tesouraria	91 562,64
Total		6 656 523,08	Total	6 656 523,08

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Taxa pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas – Artigo 50.º RMUE – Cálculo do valor *ln* para cada Freguesia/Lugar

----- 5 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO LEGAL -----

----- De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 116º do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que procede à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, a emissão de licenças e admissão de comunicação prévia de operações de loteamentos e obras de edificação, estão sujeitas ao pagamento de uma taxa, tendo em conta o plano plurianual de investimentos na execução, manutenção e reforço das infra-estruturas gerais que pode ser definido por áreas diferenciadas. -----

----- Decorre da leitura da definição da alínea h), do artigo 2º, do RJUE que as infra-estruturas são obras de criação e remodelação destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, como arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações e ainda espaços verdes e de utilização coletiva. -----

----- Ora, de acordo com a fórmula de cálculo da Taxa pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas “*Tu*” definida nos n.ºs 2 e 3 do artigo 50º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Santa Marta de Penaguião (RMUE), é condição a definição do “*ln*” - Coeficiente que traduz a influência do programa plurianual. -----

----- De referir que, a taxa é distinguida por áreas geográficas, nomeadamente freguesia e lugares correspondentes às extintas freguesias. -----

----- Neste quadro, e com base nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2019, aprovado pelos órgãos executivo e deliberativo em 28 de outubro e 30 de novembro do corrente ano, respectivamente, procedeu-se aos respetivos cálculos para obtenção do valor “*ln*”, constantes, do Anexo I à presente informação, e que dela faz parte integrante. -----

----- II - PROPOSTA DE DECISÃO -----



---- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que, aprove, a tabela I onde consta o valor “*ln*” para cada Freguesia/lugar, de forma a aplicar-se ao cálculo da “*Tu*” referida nos n.ºs 2 e 3, do artigo 50.º do RMUE.” -----

Tabela I

Freguesia/lugares	<i>ln</i>
Alvações do Corgo	0,04
Cumieira	0,06
Fontes	0,07
Fornelos	0,06
Louredo	0,05
Medrões	0,04
Sanhoane	0,03
São João de Lobrigos	0,16
São Miguel de Lobrigos	0,38
Sever	0,11

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços e proceder à respetiva publicitação nos termos da legislação em vigor. ----**

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**
Serviço da Cultura

**Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alvações do
Corgo – Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição
– Azinheira – Pedido de Participação Financeira**

----- 6 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alvações do Corgo, registado sob o n.º 2564 de 05 de dezembro de 2018, dando conhecimento que se realizou

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 27 de 18 de dezembro de 2018

no passado dia 8 de dezembro as Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição, na Azinheira – Alvações do Corgo. -----


----- Neste sentido solicitam à Câmara Municipal, uma comparticipação financeira, para minimizar às despesas inerentes com a realização da referida festa que procurar honrar as tradições. -----

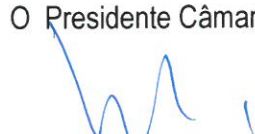
----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 500,00€ (quinhentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto aos fundos disponíveis e à existência de dotação orçamental. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 7 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)